

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

SUMÁRIO

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	2
2. PLANOS ADMINISTRADOS	2
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
5. REALIZÁVEL.....	8
5.1. Gestão Previdencial	8
5.2. Gestão Administrativa	8
5.2.1. Metodologia de custeio	8
6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS.....	10
6.1. Títulos de Renda Fixa	10
6.2. Fundos de Investimento	12
6.3. Investimentos imobiliários	12
6.4. Operações com participantes.....	14
6.5. Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor	15
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	15
8. EXIGÍVEL OPERACIONAL	16
8.1. Gestão Previdencial	16
8.2. Gestão Administrativa	17
8.3. Investimentos	17
9. PATRIMÔNIO SOCIAL.....	18
9.1. Provisões Matemáticas	18
9.2. Equilíbrio Técnico.....	18
9.3. Fundos	18
9.3.1. Fundo Previdencial	18
9.3.2. Fundo Administrativo.....	19
10. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL	20
11. GESTÃO ASSISTENCIAL.....	20
11.1. Aplicações.....	21
11.2. Créditos de operações com plano de saúde	21
11.3. Provisão de Eventos a Liquidar.....	22
11.4. Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	22
12. OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND).....	24

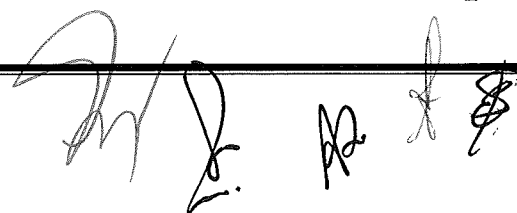
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde – CAPESESP é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, regida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001 e tem a sua atuação voltada para a concessão e administração de planos de benefícios complementares aos da Previdência Social e aos da Seguridade do Servidor Público Federal. Complementar à atividade principal, a entidade administra um plano de assistência à saúde, visando o bem estar dos seus participantes e respectivos dependentes.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A CAPESESP administra três planos de benefícios previdenciais, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) mantido pela Previc. Adicionalmente, a Entidade possui um Plano de Gestão Administrativa e um Plano Assistencial.

- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde** - CNPB n.º 19.840.002-92, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- **Plano de Benefícios Previdenciais dos Empregados da CAPESESP** - CNPB nº 19.840.001-11, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- **Plano de Pecúlios** – CNPB nº 19.790.055-83, de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.
- **Plano de Gestão Administrativa** - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da CAPESESP, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Ata 04 de 30/04/2010.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

- **Plano de Assistência à Saúde** - registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sob o nº 324.477 e na PREVIC sob o nº 40.118.400-92. O plano oferece aos seus associados benefícios relacionados à assistência médica e odontológica. Adicionalmente a entidade submete-se às disposições da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e às operadoras de planos de saúde.

Dentre os principais normativos utilizados para registro das operações previdenciais, destacam-se a Resolução MPS/CNPC Nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução MPS/CNPC Nº 12, de 19/08/2013, Instrução n.º 34, de 24 de setembro de 2009, a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. Em relação aos registros contábeis decorrentes da atividade assistencial, a legislação vigente é a Resolução Normativa 290 de 27 de fevereiro de 2012 da Diretoria Colegiada da ANS e alterações posteriores.

De acordo com as normas emanadas pela PREVIC, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** de forma consolidada evidenciando os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** de forma consolidada evidenciando as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** por plano de benefícios evidenciando a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** por plano de benefícios evidenciando as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** de forma consolidada evidenciando o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício; e
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** por plano de benefícios evidenciando a composição das Provisões Técnicas.

De acordo com as normas emanadas pela ANS, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- **Balanço Patrimonial;**
- **Demonstração do Resultado do Exercício;**
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido; e**
- **Demonstração de Fluxo de caixa.**

A moeda funcional e de apresenta o destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econ mico em que a CAPESESP opera. A Entidade não possui ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC n  34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compens  es de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e Participação no Fundo Administrativo PGA”

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Investimentos

Nas operações previdenciais, os títulos obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002:

I - Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição.

II - Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade Fechada de Previdência Complementar de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Em linha com a Resolução CMN 3.792/2009, em seu Artigo 30, parágrafo 2º, item I, os títulos da dívida pública mobiliária federal são isentos da necessidade de avaliação prévia de risco.

As valorizações e desvalorizações são registradas, mensalmente, em conta própria.

4.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas.

4.3 Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários foram registrados pelo valor de custo, corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os seus saldos são ajustados por reavaliação, sendo a última realizada e registrada em dezembro de 2014, de acordo com o estabelecido na Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009. Os montantes foram deduzidos por depreciação calculada pelo método linear, em função do prazo de vida útil remanescente do bem, estabelecido no laudo de reavaliação. A depreciação foi registrada mensalmente, em contrapartida ao resultado do programa de investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**4.4 Operações com participantes**

Os empréstimos concedidos a participantes são amortizáveis em parcelas mensais, sendo estas determinadas no ato da contratação do empréstimo, calculadas com base em taxa de juros pré-fixada. O registro do saldo é efetuado pelo valor principal acrescido dos encargos devidos até a data do balanço. A remuneração referente a juros está registrada na receita de operações com participantes, sendo fixada com base na taxa mensal definida pela Entidade.

4.5 Permanente

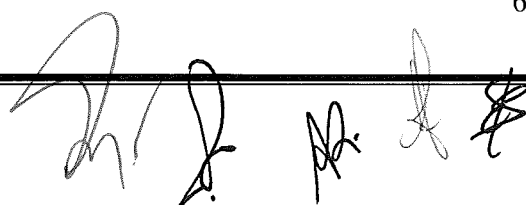
O Ativo Imobilizado foi registrado pelo valor de custo, sendo os respectivos saldos corrigidos monetariamente até o exercício de 1995. Os saldos foram reduzidos por depreciação acumulada pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens.

Estão classificados como Intangível os sistemas informatizados adquiridos pela Entidade, sendo os mesmos amortizados pelo método linear, à taxa de 20% a.a.

4.6 Patrimônio Social**4.6.1 Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.
- Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**4.6.2 Superávit Técnico Acumulado**

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O superávit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o Artigo 20 da Lei Complementar no 109, de 29/05/2001.

4.6.3 Fundos

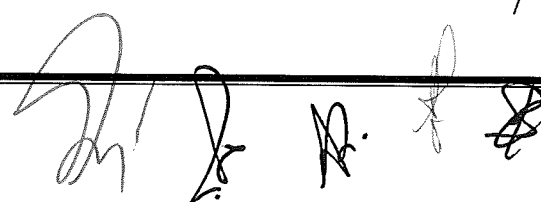
São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- Previdenciais – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica.
- Administrativo – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

4.7 Apuração do Resultado

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam inclusas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

As despesas administrativas são rateadas entre as atividades previdenciais e assistenciais, em percentuais previamente estabelecidos e constantes do orçamento da CAPESESP conforme exposto no item 5.2.1.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

4.8 Custeio Administrativo

O custeio administrativo é calculado com base em percentuais próprios incidentes sobre as contribuições do respectivo plano de benefícios previdenciais, conforme limites estabelecidos na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

5 REALIZÁVEL

5.1 Gestão Previdencial

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 é composto basicamente por valores devidos pelos participantes, patrocinadores e pelos autopatrocinados relativos a contribuições do mês e parcelas em atraso, bem como outros valores pendentes de recebimento.

5.2 Gestão Administrativa

Dos valores registrados no Realizável da Gestão Administrativa, 82% referem-se às despesas administrativas de responsabilidade do Plano Assistencial que, por motivos operacionais, são pagas pelo PGA e reembolsadas no mês subsequente, conforme evidenciado no Passivo Circulante – Débitos Diversos do Plano Assistencial.

5.2.1 Metodologia de custeio

As informações a seguir apresentam a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com o Regulamento do PGA.

Considerando os limites de custeio administrativo estabelecidos na Resolução CGPC no 29, de 31/08/2009, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo:

- Plano de Benefícios da Funasa: custeio equivalente a 8,6% das contribuições e benefícios;
- Plano de Benefícios da Capesesp: custeio equivalente a 0,55% dos recursos garantidores;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

- Plano de Pecúlio: custeio equivalente a 8,6% das contribuições e benefícios

Além dos limites de custeio, foram definidos os percentuais de rateio das despesas administrativas de responsabilidade de cada plano. Do total das despesas, 95,5% foram custeadas pelo Plano Assistencial, e 4,5% pelos Planos Previdenciais sendo este composto da seguinte forma:

PLANO DE BENEFÍCIOS	PERCENTUAL
FUNASA	2,79%
CAPESESP	0,63%
PECÚLIOS	1,08%
TOTAL	4,50%

O resultado apurado entre o custeio e a despesa efetiva resultou no acréscimo de R\$ 1.650 mil no Fundo Administrativo de todos os Planos de Benefícios, sendo R\$ 1.229 mil no PBP Funasa, R\$ 179 mil no PBP Capesesp e R\$ 242 mil no Plano de Pecúlio.

Em R\$ mil

Gestão Administrativa	2014	2013
A) Fundo Administrativo Inicial	6.808	4.811
Custeio da Gestão Administrativa	63.778	58.992
Despesas Administrativas	62.128	56.995
B) Fundo Administrativo Final	8.458	6.808

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

6. INVESTIMENTOS PREVIDENCIAIS

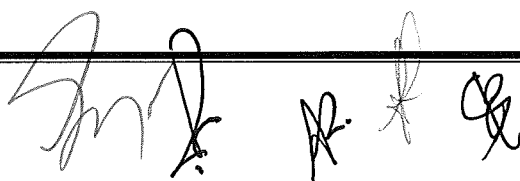
6.1 Títulos de Renda Fixa

Os títulos classificados nessa categoria obedecem aos critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002. Foram avaliados e contabilizados de acordo com as informações prestadas pelo Agente Custodiante – Itaú Unibanco S.A., CNPJ n.º 60.701.190/00001-04. Em 31 de dezembro, estão distribuídos como segue:

TÍTULOS	Em R\$ Mil	
	2014	2013
TÍTULOS PÚBLICOS	171.875	178.789
. Notas do Tesouro Nacional	171.875	178.789
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	85.910	85.177
. Certificado de Depósito Bancário	7.325	16.328
. Depósito a Prazo com Garantia Especial	73.679	64.312
. Debêntures	4.906	4.537

I - Títulos para negociação

Em R\$ mil					
TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos para negociação					
CDB	CDI	Pós fixado	23/01/2015	3.423	3.462
CDB	CDI	Pós fixado	24/02/2015	2.066	2.076
CDB	CDI	Pós fixado	24/03/2015	1.799	1.787
Total				7.288	7.325



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

II - Títulos mantidos até o vencimento

Em R\$ mil

TIPO	PARÂMETRO	NATUREZA	VENCIMENTO	VALOR CUSTO	VALOR MERCADO
Categoria: títulos mantidos até o vencimento					
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2015	1.416	1.435
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2017	1.377	1.396
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2018	18.421	18.644
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2019	2.197	2.224
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2020	22.616	22.984
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2022	16.550	16.730
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2023	9.476	9.592
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2024	43.432	43.966
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2030	32.957	33.347
NTN	IPCA	Pós fixado	15/05/2035	4.949	5.011
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2040	7.164	7.255
NTN	IPCA	Pós fixado	15/08/2050	3.958	4.004
NTN	PRE	Pré fixado	01/01/2018	5.244	5.287
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/07/2019	1.602	1.624
Debêntures	IPCA	Pós fixado	15/02/2022	3.242	3.282
DPGE	IPCA	Pós fixado	16/09/2015	49.750	50.394
DPGE	IPCA	Pós fixado	02/12/2015	22.957	23.285
Total				247.308	250.460

III – Troca e alienação de títulos

No mês de janeiro de 2014 foram realizadas trocas de títulos públicos do Plano de Pecúlio na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme demonstrados no quadro abaixo:

Alienação de títulos ocorrida no dia 16 de janeiro de 2014				
R\$ mil				
TIPO	Vencimento	Quantidade	Financeiro	Lucro
NTN-B	15/08/2014	1.473	3.610	63

Aquisição de títulos ocorrida no dia 16 de janeiro de 2014				
R\$ mil				
TIPO	Vencimento	Quantidade	Financeiro	
NTN-B	15/08/2014	1.562	3.610	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

A justificativa para a troca se deu em virtude da elevação das taxas de juros, ocorridas a partir do segundo semestre de 2013, que proporcionou uma janela de oportunidade para o alongamento nos referidos títulos, apresentando rentabilidade superior as taxas atuariais e das metas da política de investimentos estabelecidas.

Esta operação está em consonância com a Resolução CGPC nº 15/2005, que no seu Art.1º estabelece que as operações de alienação de títulos públicos federais, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, nos termos do art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da entidade fechada de previdência complementar quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

No mês de dezembro de 2014 ocorreu alienação de títulos do Plano de Benefícios Previdenciais Funasa no montante de R\$ 39.993 mil conforme quadro abaixo:

				R\$ mil
TIPO	Vencimento	Quantidade	Financeiro	Lucro
NTN-B	15/05/2017	4.315	10.914	427
NTN-B	15/08/2020	2.600	6.544	40
NTN-B	15/08/2022	9.000	22.535	95
Total			39.993	562

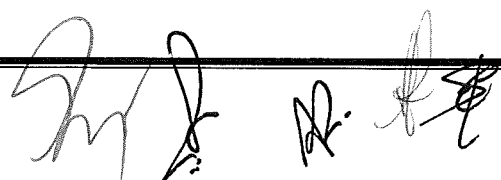
Essa alienação foi necessária para compor o montante de R\$ 44.222.926,00 de que trata o item 7.3 deste documento.

6.2 Fundos de Investimento

Registrado pelo valor de aquisição, sendo atualizado mensalmente de acordo com os valores das respectivas cotas e lastreado em Títulos Públicos Federais.

6.3 Investimentos imobiliários

A cada três anos, a CAPESESP efetua a reavaliação dos investimentos imobiliários e em dezembro de 2014 foi registrada a atualização dos valores conforme laudo emitido pela



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

empresa LAUTEC Engenharia e Consultoria. Em relação à última avaliação efetuada em 2011, os investimentos imobiliários foram valorizados em 70,1%. Essa valorização pode ser observada no quadro a seguir:

CART	TIPO	ENDEREÇO	UF	Reavaliação 31-DEZ-2014	Terreno	Construção	Vida Útil	Taxa mensal de Depreciação	Variação sobre DEZ 2011	PBP FUNASA	PBP CAPESEP
		Carteira de Imóveis - Total		54.932.500,00	5.641.200,00	49.291.300,00		91.809,32	70,1%	47.000.071,22	7.932.428,78
		Carteira de Aluguéis e Renda		30.593.500,00	3.058.000,00	27.535.500,00		46.145,67	80,5%	26.175.700,70	4.417.799,30
		Carteira de Uso Próprio		24.339.000,00	2.583.200,00	21.755.800,00		45.663,66	58,8%	20.824.370,52	3.514.629,48
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1701	RJ	4.636.000,00	463.600,00	4.172.400,00	50	6.954,0000	75,6%	3.966.546,76	669.453,24
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1702	RJ	4.636.000,00	463.600,00	4.172.400,00	50	6.954,0000	75,6%	3.966.546,76	669.453,24
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1703	RJ	2.693.000,00	269.300,00	2.423.700,00	50	4.039,5000	82,0%	2.304.122,18	388.877,82
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1704	RJ	2.693.000,00	269.300,00	2.423.700,00	50	4.039,5000	82,0%	2.304.122,18	388.877,82
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1705	RJ	4.636.000,00	463.600,00	4.172.400,00	50	6.954,0000	75,6%	3.966.546,76	669.453,24
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1706	RJ	4.751.000,00	475.100,00	4.275.900,00	50	7.126,5000	80,0%	4.064.940,40	686.059,60
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1707	RJ	2.693.000,00	269.300,00	2.423.700,00	50	4.039,5000	82,0%	2.304.122,18	388.877,82
ALU	sala	Rua Lauro Müller, 116, gr. 1708	RJ	2.693.000,00	269.300,00	2.423.700,00	50	4.039,5000	82,0%	2.304.122,18	388.877,82
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
ALU	vaga	Rua Bahia, 1345	MG	26.500,00	2.900,00	23.600,00	40	49,1667	-11,7%	22.673,32	3.826,68
ALU	vaga	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771	PR	48.000,00	4.000,00	44.000,00	45	81,4815	60,0%	41.068,65	6.931,35
ALU	vaga	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771	PR	48.000,00	4.000,00	44.000,00	45	81,4815	60,0%	41.068,65	6.931,35
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 733	RJ	2.396.000,00	239.600,00	2.156.400,00	40	4.492,5000	103,6%	2.050.009,93	345.990,07
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 734	RJ	2.406.000,00	240.600,00	2.165.400,00	40	4.511,2500	103,7%	2.058.565,90	347.434,10
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 735	RJ	1.123.000,00	112.300,00	1.010.700,00	40	2.105,6250	89,7%	960.835,21	162.164,79
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 736	RJ	1.192.000,00	119.200,00	1.072.800,00	40	2.235,0000	51,8%	1.019.871,39	172.128,61
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 737	RJ	1.163.000,00	116.300,00	1.046.700,00	40	2.180,6250	35,4%	995.059,08	167.940,92
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 633	RJ	2.396.000,00	239.600,00	2.156.400,00	40	4.492,5000	103,6%	2.050.009,93	345.990,07
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 634	RJ	2.406.000,00	240.600,00	2.165.400,00	40	4.511,2500	103,7%	2.058.565,90	347.434,10
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 635	RJ	1.123.000,00	112.300,00	1.010.700,00	40	2.105,6250	89,7%	960.835,21	162.164,79
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 636	RJ	1.192.000,00	119.200,00	1.072.800,00	40	2.235,0000	51,8%	1.019.871,39	172.128,61
USO	sala	Avenida Marechal Câmara, 160, gr. 637	RJ	1.163.000,00	116.300,00	1.046.700,00	40	2.180,6250	35,4%	995.059,08	167.940,92
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1703	MG	160.000,00	18.000,00	142.000,00	40	295,8333	28,0%	136.895,49	23.104,51
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1704	MG	165.000,00	19.000,00	146.000,00	40	304,1667	8,6%	141.173,47	23.826,53
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1705	MG	165.000,00	19.000,00	146.000,00	40	304,1667	8,6%	141.173,47	23.826,53
USO	sala	Rua Bahia, 1345, gr. 1706	MG	160.000,00	18.000,00	142.000,00	40	295,8333	28,0%	136.895,49	23.104,51
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 305	PA	152.000,00	27.000,00	125.000,00	40	260,4167	8,6%	130.050,71	21.949,29
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 306	PA	152.000,00	27.000,00	125.000,00	40	260,4167	8,6%	130.050,71	21.949,29
USO	sala	Avenida Magalhães Barata, 651, gr. 307	PA	152.000,00	27.000,00	125.000,00	40	260,4167	8,6%	130.050,71	21.949,29
USO	sala	Avenida Isaac Póvoas, 586, gr. 210	MT	203.000,00	20.300,00	182.700,00	45	338,3333	49,3%	173.686,15	29.313,85
USO	sala	Avenida Isaac Póvoas, 586, gr. 211	MT	199.000,00	19.900,00	179.100,00	45	331,6667	48,0%	170.263,76	28.736,24
USO	sala	Rua 10, 250, gr. 605	GO	170.000,00	13.000,00	157.000,00	40	327,0833	-22,7%	145.451,46	24.548,54
USO	sala	Rua 10, 250, gr. 606	GO	170.000,00	13.000,00	157.000,00	40	327,0833	-22,7%	145.451,46	24.548,54
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1205	SE	261.000,00	26.000,00	235.000,00	45	435,1852	65,2%	223.310,76	37.689,24
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1206	SE	261.000,00	26.000,00	235.000,00	45	435,1852	65,2%	223.310,76	37.689,24
USO	sala	Avenida Anísio Azevedo, 675, gr. 1207	SE	261.000,00	26.000,00	235.000,00	45	435,1852	65,2%	223.310,76	37.689,24
USO	sala	Rua General Liberato Bittencourt, 1914, gr. 404	SC	180.000,00	20.000,00	160.000,00	15	888,8889	40,6%	154.007,42	25.992,58
USO	sala	Rua General Liberato Bittencourt, 1914, gr. 405	SC	181.000,00	20.000,00	161.000,00	15	894,4444	39,2%	154.863,02	26.136,98
USO	sala	Avenida Carlos Gomes, 328, gr. 1002	RS	382.000,00	97.000,00	285.000,00	50	475,0000	25,2%	326.837,98	55.162,02
USO	sala	Avenida Carlos Gomes, 328, gr. 1003	RS	382.000,00	97.000,00	285.000,00	50	475,0000	25,2%	326.837,98	55.162,02
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1801	DF	1.181.000,00	120.000,00	1.061.000,00	40	2.210,4167	44,9%	1.010.459,82	170.540,18
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1802	DF	476.000,00	50.000,00	426.000,00	40	887,5000	20,5%	407.264,08	68.735,92
USO	sala	SCN, bloco C, quadra 1, gr. 1803	DF	463.000,00	46.000,00	417.000,00	40	868,7500	22,8%	396.141,32	66.858,68
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 808	ES	217.000,00	21.000,00	196.000,00	50	326,6667	0,0%	185.664,51	31.335,49
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 809	ES	217.000,00	21.000,00	196.000,00	50	326,6667	0,0%	185.664,51	31.335,49
USO	sala	Rua Eurico de Aguiar, 130, gr. 810	ES	217.000,00	21.000,00	196.000,00	50	326,6667	0,0%	185.664,51	31.335,49
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 501	FR	214.000,00	18.000,00	196.000,00	45	362,9630	15,7%	183.097,72	30.902,28
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 502	FR	214.000,00	18.000,00	196.000,00	45	362,9630	15,7%	183.097,72	30.902,28
USO	sala	Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 771, gr. 503	FR	214.000,00	18.000,00	196.000,00	45	362,9630	15,7%	183.097,72	30.902,28
USO	sala	Avenida Juarez Távora, 522, gr. 708	FB	175.000,00	17.500,00	157.500,00	45	291,6667	40,0%	149.729,44	25.270,56
USO	sala	Avenida Juarez Távora, 522, gr. 710	FB	175.000,00	17.500,00	157.500,00	45	291,6667	40,0%	149.729,44	25.270,56
USO	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
USO	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
USO	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21
USO	vaga	Avenida Marechal Câmara, 160	RJ	65.000,00	6.500,00	58.500,00	40	121,8750	170,8%	55.613,79	9.386,21

* ALU - Carteira de Aluguéis e Renda / USO - Carteira de Uso Próprio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

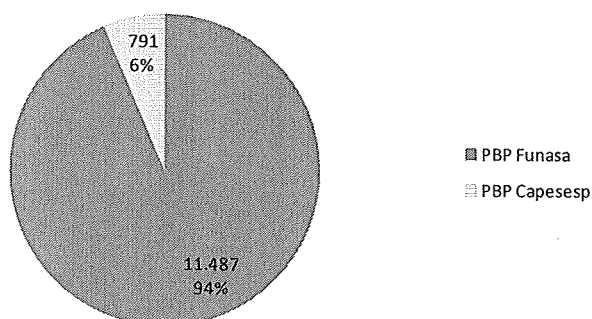
A carteira de Investimento Imobiliário está composta da seguinte forma:

Descrição	Em R\$ Mil	
	2014	2013
EDIFICAÇÕES PARA USO PRÓPRIO	24.339	15.086
. Terrenos	2.583	9.995
. Construções	21.756	5.092
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	30.672	16.868
. Terrenos	3.058	13.716
. Construções	27.536	3.077
. Aluguéis	79	76
TOTAL	55.011	31.954

6.4 Operações com participantes

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios Funasa e Capesesp. Do montante concedido, R\$ 12.278 mil estão registrados no Realizável de Investimentos.

Realizável - Empréstimos a receber
R\$ mil



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**6.5 Rentabilidade dos planos no exercício - por emissor**

Em R\$ mil

POR EMISSOR	PBP Funasa	PBP Capesesp	PBP Peculio	Consolidado
Títulos Públicos	15.551	7.006	1.903	24.459
Créditos Privados e Depósitos	8.746	2.226	565	11.537
Investimentos Imobiliários	23.472	3.949	-	27.420
Empréstimos e Financiamentos	1.585	140	-	1.725
RENTABILIDADE POR PLANO	49.354	13.320	2.468	65.141

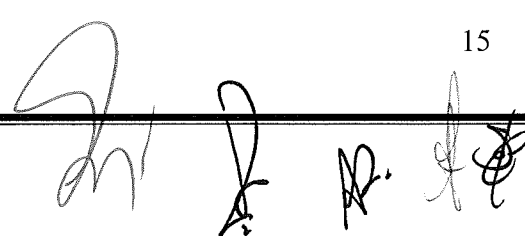
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os softwares constituem o ativo intangível. São bens destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

Em janeiro de 2014 a Entidade decidiu reclassificar para despesa 100% do saldo remanescente do Ativo Diferido.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

Bens	Taxa anual
	%
Computadores e Periféricos	20%
Maquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL**8.1 Gestão Previdencial**

O saldo existente nesse grupo possui a seguinte composição:

Descrição	R\$ mil
Benefícios a pagar	147
Retenções a recolher	41
Outros*	1.244
Total	1.432

**Em atendimento ao item 30 - k) da Instrução MPS-SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, esclarecemos que em outubro de 2014 o condomínio onde funciona a sede da CAPESESP, na Av. Marechal Camara nº 160 – Centro – RJ, decidiu, em Assembleia Geral Extraordinária, pela modernização do sistema de ar condicionado central. Foi verificado o custo individual por sala e à CAPESESP coube a quantia de R\$ 587.814,81. Esse valor foi integralmente contabilizado como obrigação da Gestão Previdencial e será pago em parcelas mensais até janeiro de 2021.*

Além disso, a conta "Outros" possui o montante de R\$ 586.571 que está sendo analisado pela Entidade para posterior reclassificação ou quitação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

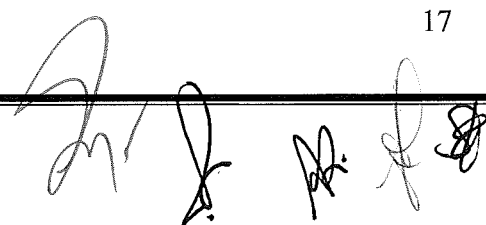
8.2 Gestão Administrativa

Em cumprimento ao Regime de Competência, 91% do valor registrado como Obrigação da Gestão Administrativa referem-se a compromissos decorrentes da Folha de Pagamento dos empregados da CAPESESP, como salários para pagamento no mês subsequente, provisões e encargos.

Descrição	Em R\$ Mil	
	2014	2013
CONTAS A PAGAR	4.753	4.548
. Folha de pagamento	1.130	1.100
. INSS	206	167
. FGTS	215	197
. Indenizações trabalhistas	-	1
. Provisão de férias	3.135	2.857
. Fomecedores	67	227
RETENÇÕES A RECOLHER	608	549
. INSS	148	135
. Imposto de Renda na Fonte	408	366
. Contribuição Sindical - Funcionário	1	1
. Pensão Alimentícia	8	10
. ASCAP	29	26
. PIS/COFINS/CSLL - Serviços	12	5
. ISS - Terceiros	2	6
OUTROS EXIGÍVEIS	543	692
TOTAL	5.904	5.790

8.3 Investimentos

O montante de R\$ 422 mil decorre da quantia provisionada para quitação do empréstimo concedido aos participantes na ocorrência de morte.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

9 PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Provisões Matemáticas

Consistem no valor dos compromissos futuros assumidos, apurados e registrados ao final do exercício.

Neste grupo estão registrados os valores relativos a “Benefícios Concedidos” e “Benefícios a Conceder”, que foram determinados mediante avaliações atuariais elaboradas pela empresa independente de Atuária, contratada pela CAPESESP, devidamente habilitada junto aos órgãos competentes.

9.2 Equilíbrio Técnico

O excedente patrimonial em relação aos compromissos dos Planos de Benefícios Previdenciais da Entidade é registrado como Reserva de Contingência na conta Superávit Técnico, até o limite de 25% das Provisões Matemáticas constituídas.

9.3 Fundos

9.3.1 Fundo Previdencial

Em relação ao Plano de Benefícios Previdenciais dos Servidores da Funasa, verificou-se que os recursos pertencentes ao patrimônio geral da CAPESESP, transferidos para o Plano Assistencial, no montante de R\$ 89.121.504,86, em 2013, conforme autorização do Conselho Deliberativo e dado como regular pelo órgão fiscalizador por meio do Parecer nº 167/2013/CGAT/DITEC/PREVIC, de 19 de novembro de 2013, teriam sido aquém do valor considerado efetivo em virtude do critério adotado para conversão de parte das contribuições mensais de períodos anteriores ao Plano Real.

Diante disso, o assunto foi novamente submetido ao Conselho Deliberativo, que autorizou a transferência do montante correspondente à diferença entre o valor a que se chegou em função do novo cálculo efetuado por uma empresa especializada e a quantia remanejada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

anteriormente do patrimônio geral da CAPESESP, para o Plano Assistencial, no total de R\$ 44.222.926,00.

9.3.2 Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da CAPESESP. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

As movimentações apresentadas neste item, justificam a variação ocorrida no Patrimônio Social dos Planos Previdenciais, conforme demonstrado nos quadros a seguir.

	Em R\$ Mil							
	PBP FUNASA		PBP CAPESESP		PBP PECÚLIO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
PATRIMÔNIO SOCIAL	223.809	226.791	90.496	76.211	22.670	19.744	336.974	322.746
PROVISÕES MATEMÁTICAS	160.437	160.301	77.801	68.494			238.238	228.795
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	91.785	88.425	18.508	13.853			110.293	102.279
Contribuição Definida	-	-	620	-			620	-
Benefício Definido	91.785	88.425	17.888	13.853			109.673	102.279
BENEFÍCIOS A CONCEDER	68.652	71.876	59.293	54.640			127.945	126.516
Contribuição Definida	-	-	3.894	-			3.894	-
Benefício Definido	68.652	71.876	55.399	54.640			124.051	126.516
EQUILÍBRIO TÉCNICO	56.169	60.515	12.289	7.490			68.458	68.005
Reserva de contingência	40.109	40.075	12.289	7.490			52.398	47.565
Reserva Especial para Especial do Plano	16.060	20.440	-	-			16.060	20.440
FUNDOS	7.203	5.975	406	227	22.670	19.744	30.279	25.946
Previdencial	-	-	-	-	21.821	19.138	21.821	19.138
Administrativo	7.203	5.975	406	227	849	606	8.458	6.808

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

10 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL

AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIAL						
DESCRIÇÃO	FUNASA	CAPESESP	PECULIOS	PGA	AJUSTES E ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	2014					
ATIVO	224.852	91.306	22.683	14.363	8.459	361.662
DISPONÍVEL	83	32	109	27		251
REALIZÁVEL	224.769	91.273	22.575	12.738	8.459	359.814
GESTÃO PREVIDENCIAL	4.537	1.009	1.201	-	-	6.747
GESTÃO ADMINISTRATIVA	7.203	406	849	7.614	8.459	24.532
Participação no PGA	7.203	406	849		8.459	16.918
Contas a Receber				7.563		7.563
Despesas Antecipadas				51		51
INVESTIMENTOS	213.029	89.858	20.524	5.124		328.535
Títulos Públicos	91.446	63.553	15.989	887		171.875
Créditos Privados e Depósitos	63.045	17.554	4.535	776		85.910
Fundo de Investimentos				3.461		3.461
Investimentos Imobiliários	47.051	7.960				55.011
Empréstimos	11.487	791				12.278
Outros	-					-
PERMANENTE				1.598		1.598
Imobilizado				1.077		1.077
Intangível				521		521
PASSIVO	224.852	91.306	22.683	14.363	8.459	361.662
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.043	809	14	5.904	-	7.770
GESTÃO PREVIDENCIAL	641	777	14			1.432
GESTÃO ADMINISTRATIVA				5.904		5.904
INVESTIMENTOS	402	32				434
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-			-	0	0
PATRIMÔNIO SOCIAL	223.809	90.496	22.669	8.459	8.459	353.892
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	216.606	90.090	-			306.696
PROVISÕES MATEMÁTICAS	160.437	77.801				238.238
Benefícios Concedidos	91.785	18.508				110.293
Benefícios a Conceder	68.652	59.293				127.945
EQUILÍBRIO TÉCNICO	56.169	12.289				68.458
Resultados Realizados	56.169	12.289				68.458
Superávit Técnico Acumulado	56.169	12.289				68.458
FUNDOS	7.203	406	22.669	8.459	8.459	47.196
FUNDOS PREVIDENCIAIS	-		21.820			21.820
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	7.203	406	849	8.459	8.459	25.376

11 GESTÃO ASSISTENCIAL

O valor da gestão assistencial apresentado no Balanço Patrimonial Previdencial está detalhado no Balanço Patrimonial Assistencial. As operações registradas em conformidade com as normas emanadas pela ANS estão distribuídas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

11.1 Aplicações

DESCRIÇÃO	Em R\$ Mil	
	2014	2013
APLICAÇÕES VINCULADAS AS PROVISÕES TÉCNICAS	53.240	51.609
APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS	44.608	7
TOTAL	97.848	51.616

As aplicações vinculadas referem-se aos ativos custodiados para atender ao disposto na Resolução Normativa nº. 209, de 22 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, da ANS, no que tange a constituição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA.

11.2 Créditos de operações com plano de saúde

Descrição	Em R\$ Mil	
	2014	2013
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER		
. Contraprestação de Assistência Médico Hospitalar	50.646	59.339
Patrocinador	32.556	43.749
Participantes	18.090	15.590
. Contraprestação de Assistência Odontológica	277	273
. Provisão para perdas sobre créditos	(15.640)	(14.685)
TOTAL	35.283	44.927

Descrição	Em R\$ Mil	
	2014	2013
OUTROS CRÉDITOS DE ASSISTENCIA		
. Particip. dos Ben. em Eventos de Assist. Médico Hosp.	4.488	3.416
. Particip. dos Ben. em Eventos de Assist. Médico Odonto.	47	55
. Utilizações Futuras	1.655	1.481
. Financiamento de débito	2.290	2.585
. Provisão para perdas sobre créditos	(3.943)	(3.608)
TOTAL	4.538	3.928

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**11.3 Provisão de Eventos a Liquidar**

A Provisão de Eventos a Liquidar possui o montante de R\$ 79.216 mil no Circulante e R\$ 1.420 mil no Não Circulante, em conformidade com a Instrução Normativa nº 32, de 11 de setembro de 2009.

A Entidade possui um Plano de Adequação Econômico-Financeiro (PLAEF), junto à ANS, visando o equacionamento das pendências relacionadas à Provisão para Eventos a Liquidar, entre outras, de forma a atender a legislação assistencial na sua totalidade.

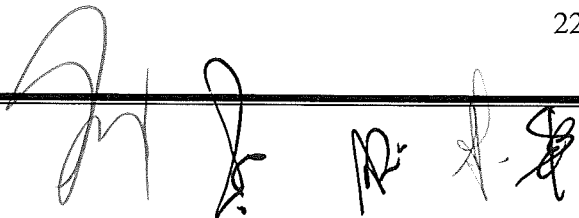
11.4 Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Dentre os principais registros na conta de “Outros Débitos de Operações de Assistência a Saúde”, destaca-se:

- Do total de R\$ 3.127 mil referentes ao ressarcimento dos funcionários cedidos, R\$ 1.494 mil está registrado no Passivo Circulante e R\$ 1.633 mil no Passivo Não Circulante, conforme notificação nº 06/2010/TCE/Portaria/nº317/Audit/Presi, datada de 25 de julho de 2011 emitida pela Funasa, em resposta a reconsiderações efetuadas pela CAPESESP, solicitando o ressarcimento dos valores devidos, em virtude da cessão de dez servidores no período compreendido entre dezembro/1990 a setembro/2002, já acrescidos de juros e correção monetária. Os valores envolvidos foram provisionados até março de 2012. Foi autorizado o parcelamento do valor em 60 vezes e em dezembro de 2014 ocorreu o pagamento da parcela 35/60;
- R\$ 19.511 mil decorrentes da divergência entre a base cadastral do SIAPE, utilizada pelo Ministério do Planejamento para cálculo do valor per capita e o cadastro de servidores associados à CAPESESP.

11.5 Provisões

Foi apurado pela Assessoria Jurídica da CAPESESP que a Entidade possuía ações judiciais de natureza Assistencial, na qual a mesma era Ré, na ordem de R\$ 66 mil. Tais valores



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

foram provisionados no referido mês, tendo em vista que a probabilidade de perda foi apontada como “provável” pelos advogados responsáveis.

11.6 Débitos Diversos – Circulante

O montante de R\$ 6.243.434,04, refere-se às despesas administrativas que foram custeadas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA) no mês de dezembro/2014 e que será reembolsado no mês subsequente.

11.7 Débitos Diversos – Não Circulante

Está registrado nessa conta contábil parte do montante devido em decorrência dos servidores cedidos, conforme explicado no item 11.4

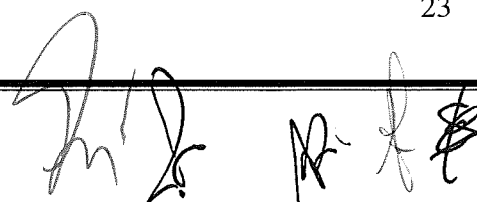
11.8 Distribuição dos saldos

Em conformidade ao exigido na RN Nº 344, DE 20 de dezembro de 2013 que alterou RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, as Notas Explicativas deverão contemplar o quadro contendo a distribuição dos saldos de Eventos Médicos-Hospitalares da Assistência Médico-Hospitalar.

EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES
ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
(Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais / Familiares pós Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria							
Rede Contratada	26.531.608,29	63.301.312,42	4.336.844,03	255.034.748,26	32.250.247,33	53.032.070,29	434.486.830,62
Reembolso							
Intercâmbio Eventual							
TOTAL	26.531.608,29	63.301.312,42	4.336.844,03	255.034.748,26	32.250.247,33	53.032.070,29	434.486.830,62



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**12 OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)**

Em 1991, a ABRAPP moveu ação judicial em favor de suas associadas, dentre elas a CAPESESP, contra a União Federal, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento, sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. A ação tratava da utilização do Índice de Preços ao Consumidor – IPC em substituição ao BTN, para fins de atualização daqueles títulos.

Em primeira instância a ação foi julgada improcedente. Entretanto, após diversas tentativas da ABRAPP em favor de suas associadas, a ação foi transitada em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decisão de 27/10/2010.

A PREVIC, em 14 de outubro de 2011, por meio do Ofício nº 4631/2011/CGMC/DIACE/PREVIC manifestou-se contrária à contabilização da ação judicial sobre expurgos inflacionários. A CAPESESP, atendendo aos princípios contábeis, bem como a indefinição do montante a ser contabilizado não procedeu ao registro da referida ação.

**CASSIMIRO PINHEIRO BORGES**

CPF 425.232.577-34

DIRETOR PRESIDENTE

**ANDRÉ LUIZ DE ARAÚJO CRESPO**

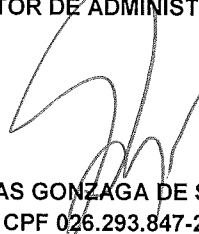
CPF 008.553.077-81

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

**EDUARDO INACIO DA SILVA**

CPF 776.472.177-49

DIRETOR FINANCEIRO

**ENEAS GONZAGA DE SOUZA**

CPF 026.293.847-21

DIRETOR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

**ALINE DOS SANTOS FAVARIO**

CPF 076.810.007-04

CONTADORA

CRC/RJ 091802/O-8